

PORTUGAL

República Portuguesa

Chefe de Estado:

Aníbal António Cavaco Silva

Chefe de Governo:

José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa
abolicionista para todos os crimes

Penal de morte:

10,7 milhões

População:

78,6 anos

Esperança média de vida:

6/5 por 1000

Taxa de mortalidade - menores de 5 anos (m/f):

94,9 por cento

Taxa de literacia nos adultos:

A investigação judicial à alegada cumplicidade das autoridades portuguesas na transferência ilegal de prisioneiros para a Baía de Guantánamo foi encerrada em Maio por falta de provas. Dois antigos prisioneiros na Baía de Guantánamo foram acolhidos em Portugal. A violência doméstica causou várias mortes. As investigações às alegações de tortura por parte de elementos das forças de segurança prosseguiram de forma lenta, com indícios de impunidade.

Contra-terrorismo e segurança

A investigação judicial aos supostos voos de rendição da CIA e outras transferências ilegais de prisioneiros para a Baía de Guantánamo que alegadamente passaram pelo território português foi encerrada pelo Procurador do Ministério Público no final de Maio, por falta de provas. Em Julho, a eurodeputada portuguesa Ana Gomes interpôs um recurso solicitando a continuação da investigação, alegando que esta não tinha sido adequada. Enumerou várias falhas, incluindo a ausência do testemunho de responsáveis dos serviços de informações, dos ministros dos Negócios Estrangeiros e da Defesa, antigos primeiros-ministros, responsáveis da embaixada dos EUA e directores do Instituto Nacional de Aviação Civil e da autoridade de controlo do tráfego aéreo. Criticou ainda o facto de o Ministério Público não ter pedido ao Ministério dos Negócios Estrangeiros para esclarecer se as autorizações excepcionais concedidas aos EUA para o "transporte de material contencioso e de pessoas" incluíam a transferência de prisioneiros para centros de detenção secretos. O recurso foi rejeitado em Setembro pelo Procurador do Ministério Público, que considerou as medidas de investigação adicionais solicitadas "irrelevantes".

A 28 de Agosto, dois prisioneiros sírios da Baía de Guantánamo foram libertados e transferidos para Portugal. Não puderam regressar à Síria, devido ao risco de tortura e outras violações graves dos direitos humanos. O governo português concedeu autorizações de residência a ambos por razões humanitárias e confirmou que não seriam acusados de qualquer crime.

Violência contra mulheres e raparigas

A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima recebeu 15 904 queixas relacionadas com violência doméstica nos primeiros seis meses de 2009. Estas incluíam 16 homicídios.

Tortura e outras formas de maus-tratos

As investigações criminais às alegações de tortura e outras formas de maus-tratos por parte de elementos das forças de segurança prosseguiram durante o ano de 2009.

■ A 22 de Maio, o Tribunal de Faro emitiu a sentença no caso de tortura de Leonor Cipriano. O tribunal reconheceu que foi torturada sob custódia policial em 2004, mas absolveu os três polícias acusados, afirmando ser impossível identificar com exactidão os responsáveis. Um quarto polícia foi condenado por prestar falsas declarações e um outro foi condenado por falsificação de documentos. O recurso apresentado por Leonor Cipriano encontrava-se pendente no final do ano.

■ Até ao final do ano não tinha sido agendada a data do julgamento de três agentes da Polícia Judiciária acusados de torturar Virgolino Borges em Março de 2000. O caso devia ter começado a ser julgado em Novembro de 2008, mas foi adiado até à realização de exames médicos adicionais solicitados pela defesa. Virgolino Borges diz ter sido torturado pelos agentes, que lhe deram murros e lhe bateram nas solas dos pés com um pedaço de madeira enquanto estava sob custódia policial. A investigação tinha sido encerrada em 2005 pelo Procurador do Ministério Público, que considerou que as lesões de Virgolino Borges tinham sido auto-infligidas. Virgolino Borges recorreu da decisão para os tribunais de Lisboa: primeiro, para o Tribunal de Instrução e, depois, para o Tribunal da Relação, que em Novembro de 2005 ordenou que o caso fosse a julgamento.